



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.986, DE 2024

(Do Sr. Marangoni)

Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, para determinar ao ente federativo a instalação de esgotamento sanitário em loteamentos da área urbana e área de expansão urbana.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2904/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº , DE 2024
(Do Sr. FERNANDO MARANGONI)

Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, para determinar ao ente federativo a instalação de esgotamento sanitário em loteamentos da área urbana e área de expansão urbana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, para determinar ao ente federativo a instalação de esgotamento sanitário em loteamentos da área urbana e área de expansão urbana.

Art. 2º O art. 45 da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, passa a vigorar nos seguintes termos:

Art. 45 As edificações permanentes urbanas e aquelas localizadas em áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, definidas em lei municipal, serão conectadas às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeitas ao pagamento de taxas, tarifas e outros preços públicos decorrentes da disponibilização e da manutenção da infraestrutura e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de saneamento básico nas áreas rurais, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.





.....(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem o objetivo de obrigar que o ente federativo, ao permitir loteamento em área urbana ou área de expansão urbana, proporcione toda a infraestrutura necessária para habitação.

O que vemos ocorrer na prática é a autorização de novos loteamentos urbanos e de expansão urbana sem a devida instalação de esgotamento sanitário, prejudicando a comunidade que vai se beneficiar do novo empreendimento.

A realização da referida obra consiste em medida de interesse público, não sendo viável ao município desonerar-se da conclusão das obras correspondentes ao autorizar o parcelamento do solo.

Ao deixar de implementar a estrutura necessária de escoamento do esgoto sanitário na localidade após autorização do loteamento, o gestor infringe princípios fundamentais constitucionais da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

O inciso IX do art. 23 da Carta Magna dispõe que a promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico são competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Destarte, o ente federativo que autoriza o parcelamento do solo deve o prover ao novo loteamento o devido esgotamento sanitário, galeria de águas pluviais e abastecimento de água para que o novo empreendimento possa realizar a ligação posterior à rede pública.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal MARANGONI

Apresentação: 25/07/2024 12:00:01.620 - MESA

PL n.2986/2024

A Lei nº 6.766/1979, Lei de Parcelamento de Solo Urbano, estabelece que ao empreendedor a implementação de infraestrutura básica do loteamento para que seja integrada aos equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais do ente federativo. Contudo, a ligação somente pode ser realizada se houver rede de água e esgoto municipal (no caso de municípios).

Vale destacar que o gestor público deve atuar sob o Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público, o qual, no caso da proposição em comento, é o cumprimento das obrigações estatais, quer seja o esgotamento sanitário.

O mesmo não se pode exigir quando se trata das áreas rurais, já que pela própria natureza do terreno, tal exigência tornar-se-ia inexecutável.

Portanto, para as áreas rurais permitir-se-á o esgotamento individual. Considerando a situação econômica de grande parte dos pequenos produtores rurais, a questão ambiental atual exige alternativas de tratamento de esgotos com baixos custos, porém, com uma elevada eficiência.

A escolha do tratamento depende de critérios mínimos estabelecidos para que o sistema opere com eficiência, alcançando os objetivos propostos.

Pelas razões acima, pedimos apoio para aprovação da presente proposição

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado **FERNANDO MARANGONI**
UNIÃO/SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 11.445, DE 5 DE
JANEIRO DE 2007**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200701-05;11445>

FIM DO DOCUMENTO